

Parte I - Gênese e particularidade do objeto

3. Plínio Salgado e o anticomunismo dos intelectuais do Sigma: aspectos da gênese e função social da ideologia integra lista

Jefferson Rodrigues Barbosa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BARBOSA, JR. Plínio Salgado e o anticomunismo dos intelectuais do Sigma: aspectos da gênese e função social da ideologia integra lista. In: *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 91-128. ISBN 978-85-68334-68-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

3.

PLÍNIO SALGADO E O ANTICOMUNISMO DOS INTELLECTUAIS DO SIGMA: ASPECTOS DA GÊNESE E FUNÇÃO SOCIAL DA IDEOLOGIA INTEGRALISTA

Os intelectuais foram entendidos por Antonio Gramsci como organizadores de cultura. Gramsci denominou de intelectuais os indivíduos que exercem na sociedade função organizativa e diretiva.

Para o autor, vítima do fascismo, a Alemanha nazista e a Itália fascista vivenciaram uma ditadura política que ele denominou de regimes de Estatolatria.

A AIB apresentou elementos comparáveis, no que se referem aos aspectos da ideologia, de projeto político, proposta de organização do Estado, características estéticas e organização da militância, ao modelo organizacional dos regimes das Potências do Eixo. Entretanto, apresentava particularidades.

Antagonicamente articulados contra as potências ocidentais dos Aliados, os regimes de Estatolatria sob a égide do Eixo articularam-se numa rede internacional de movimentos e partidos em oposição ao avanço do comunismo no leste europeu. Neste embate os integralistas ficaram do lado das autocracias chauvinistas da Europa.

Naquele contexto de rearticulação de uma nova hegemonia política no Brasil, as concepções dos intelectuais críticos da Primeira República ganharam força entre os descrentes com o modelo liberal e os temerosos com a explosão da questão social. Na disputa pela hegemonia na sociedade política e na sociedade civil no Brasil, em acepção gramsciana, os intelectuais do Sigma apresentavam-se como portadores de uma alternativa política entre a diáde liberalismo ou comunismo.

Para Trindade (1974, p.106), “se a Revolução de 1930 não tivesse gerado consequências sobre a evolução política, econômica e social do Brasil, teria tido, ao menos, o mérito de ter criado um período de produção intelectual dos mais fecundos”. Segundo o mesmo autor: “Difícilmente se encontra no passado um número tão significativo de obras de análise político-sociológica sobre a sociedade brasileira” (1974, p.106).

De fato, a busca por um projeto político de Estado nacionalista e autônomo em relação aos modelos estrangeiros configurava-se como reflexo das fragilidades do liberalismo no cenário internacional e de suas consequências críticas no desenvolvimento econômico brasileiro, segundo determinadas correntes nacionalistas do período. Para Gramsci, a questão dos intelectuais divulgando “visões sociais de mundo” é fundamental para a compreensão das relações e forças políticas em disputa nas sociedades (Kiernan, 2001, p.195).

A concepção de intelectual autocrático chauvinista nesta investigação é entendida como propícia e pertinente para a caracterização dos militantes do Sigma, pelo caráter de forte conotação moral, de fundamentalismo religioso e de valorização das hierarquias como princípios explicativos de uma lógica etapista de desenvolvimento das sociedades. Na perspectiva da Filosofia da Práxis, Gramsci ressalta o papel dos intelectuais nas disputas ideológicas. Intelectuais aparecem em íntima relação no *Caderno 12* (Gramsci, op. cit., p.25). As transformações no campo social, propostas pelos integralistas, opunham-se veementemente às concepções políticas da esquerda comunista ou da direita liberal, ambos para os líderes da AIB dotados de uma razão materialista e racional (Araújo, 1988, p.48). A proposta de organização social e o projeto político integralista eram legitimados por um suposto fundo espiritualista cristão e um arcabouço de ideias que tinham como objetivo a formação de um pretense “novo padrão de humanidade” em oposição ao ateísmo materialista.¹

1 “O discurso integralista veiculado nos livros, jornais, reproduzido nas sessões doutrinárias, nas transmissões via rádio e nos ritos e símbolos, era marcado por uma característica própria, bastante peculiar. Era moralizador e parecia inspirar-se no imaginário religioso. Assim, a visão maniqueísta da história, a ideia da redenção pelo sofrimento, a transformação da história em uma espécie de fábula moralizante veiculadas por tal discurso parecem apontar para a hipótese de que o arquétipo de tal discurso era o universo do catolicismo tradicional.” (Cavalari, 1999, p.158-159).

A influência do catolicismo social na concepção integralista de Plínio Salgado é um elemento importante na análise de sua ideologia. Trindade (1974) e Araújo (1987) em suas investigações sobre a AIB destacam o clima intelectual dos anos 1920 e 1930, com uma maior politização de setores do catolicismo nacional, em torno do Centro Dom Vital e da revista *Ordem*.²

O próprio lema da AIB, “Deus-Pátria-Família”, expressa a valorização de elementos religiosos no discurso do movimento. E o conteúdo maniqueísta na propaganda da AIB era apresentado no sentido de uma disputa entre o espiritualismo cristão defendido pelo movimento e o materialismo (entendido no sentido do ceticismo), que marcava as sociedades liberais e comunistas.³

As publicações dos intelectuais do Sigma apresentam uma ideologia herdeira da tradição do pensamento conservador que eclode na Europa do século XIX e que recebe influências das correntes políticas nacionalistas que marcaram o período das primeiras décadas do século XX.

Plínio Salgado foi um intelectual admirador do fascismo italiano e fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB), a mais representativa organização chauvinista na América do Sul. Ele exerceu o papel de articulador, a partir da década de 1920, de uma expressiva corrente política anticomunista, defensora de um projeto de Estado baseado em um modelo corporativista e centralizador, aproximado em suas características organizacionais e ideológicas com os regimes europeus, como o fascismo na Itália.

O demiurgo do integralismo nasceu na cidade de São Bento de Sapucaí, em São Paulo, no dia 22 de janeiro de 1895. Descendente de tradicionais famílias paulistas de origem europeia por parte de seus avós maternos e paternos,

2 Para o estudo aprofundado do impacto da politização dos setores católicos nacionalistas sob a órbita de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima na revista *Ordem* consultar, Rodrigues (2005).

3 “O pensamento político de Plínio Salgado expressa a confluência de dois grandes temas referentes à contextualização do debate político e intelectual dos anos de 1920 e 1930: o nacionalismo e o tradicionalismo católico. O primeiro foi alimentado em suas origens por Alberto Torres de crítica política ao constitucionalismo liberal republicano, pela crítica social de Euclides da Cunha e ampliada pela crítica cultural da Semana da Arte Moderna. O segundo foi revigorado pela atuação de Jackson de Figueiredo e do Centro Dom Vital, propondo um catolicismo militante e social capaz de restaurar o primado da espiritualidade na vida brasileira. Dessa dimensão irão sobressair, em especial, os valores da Ordem, da Autoridade e da Disciplina, articulados com a idéia de engajamento social [...] O sentido de síntese que sua elaboração intelectual propiciou responde, em parte, pela enorme receptividade encontrada pelo movimento que concebeu e liderou, assim como pela primazia da sua concepção integralista dentro do próprio movimento do Sigma.” (Roque, 2000, p.249-250).

ele recebeu de seus pais as primeiras influências no campo da política e das letras. Seu pai também era um ativista político e foi chefe político da facção florianista local e sua mãe professora da Escola Normal de São Bento, sendo eles os primeiros a transmitir a Plínio Salgado as primeiras influências do catolicismo e do sentimento nacionalista.

Plínio Salgado iniciou o curso secundário em sua cidade natal e, sendo o filho mais velho, após a morte do pai em 1911, abandonou seus estudos, sem ter concluído o curso de humanidades no Ginásio Diocesano de Pouso Alegre (MG). Em sequência, estabeleceu-se em São Paulo e, posteriormente, continuou seus estudos como autodidata.

Naquele período ocorreram os seus primeiros contatos com leituras de filosofia, psicologia e pedagogia, e afirmou aos 17 anos que se sentia “fascinado pelo materialismo histórico ao ler as obras de Gustave Le Bon, Ludwing Buchner, Ernest Haeckel e Lamark” (Brandi; Soares, 1984, p.3051).

Em 1916, com seu então futuro cunhado, Joaquim Cortez Rennó Pereira, teve suas primeiras experiências com o jornalismo, ao fundar o semanário *Correio de São Bento*. Desenvolveu diversas atividades em diferentes setores, como promotor de eventos culturais, diretor de clube de futebol e de grupo de teatro, membro do gabinete português de leitura e supervisor do tiro de guerra (Brandi; Soares, 1984, p.3051).

A sua produção literária de crônicas, publicadas no *Correio de São Bento*, foi reconhecida pelo intelectual José Bento Monteiro Lobato, pai de Monteiro Lobato, que as publicou em sua revista, denominada *Revista do Brasil*. Algumas dessas crônicas também foram divulgadas pelo *Correio Paulistano*. Nessa época, Salgado aprofundou os seus conhecimentos em filosofia e suas convicções sofreram forte influência das ideias de Herbert Spencer.

Pronunciou diversas conferências após iniciar suas atividades no campo da política partidária em 1918 e foi um dos fundadores do Partido Municipalista, organizado por lideranças políticas do Vale do Paraíba, em oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP).

Naquele mesmo ano, Salgado casou-se com Maria Amélia Pereira, que faleceu antes de completarem um ano de casamento, tendo lhe deixado a filha recém-nascida. Segundo Araújo (1988), nessa época, Plínio Salgado passou a articular seu referencial ideológico com as leituras do filósofo antispenceriano Raimundo de Farias Brito e do intelectual católico Jackson de Figueiredo (Trindade, 1974; Chasin, 1978).

Em 1920, Plínio fora preso pela polícia devido a um tiroteio durante a campanha do Partido Municipalista e, após esse ocorrido, mudou-se para São Paulo. Nesse período dedicou-se a duas atividades que projetaram seu nome em nível nacional: a literatura e a política. Após um ano de sua chegada a São Paulo, Salgado trabalhou na redação do *Correio Paulistano*, por solicitação de Menotti del Picchia, redator-chefe do jornal e importante propagador das ideias modernistas.⁴

No campo literário, a publicação de *O estrangeiro*, em 1926, foi considerada pelos críticos como uma das primeiras obras de ficção moderna escrita no país. A estória conta a vida e a luta de um imigrante, a impostura política das elites paulistas e o nacionalismo presente nos homens simples. A primeira edição esgotou-se em vinte dias. Durante essa época, Salgado também escreveu artigos para o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em 1927, a coletânea de artigos intitulada *Literatura e Política* foi a sua primeira obra de interpretação política da realidade nacional. Nesta, Salgado criticou o caráter artificial do regime Republicano e o “desequilíbrio entre a ideologia liberal e a realidade do país” e os mecanismos do sistema democrático. Nesses textos, já eram perceptíveis ideias que foram defendidas⁵ no período de atuação da Ação Integralista Brasileira em 1932.

No final de 1924, Salgado atuou num grupo dissidente do Partido Republicano Paulista que havia rompido com o presidente de São Paulo, Washington Luís. Segundo Araújo (1988, p.24): “Sua carreira dentro do PRP será marcada desde o princípio pôr um esforço fracassado de modernizar o partido, dando-lhe uma estrutura mais ágil e com maiores condições de entrar em contato com as suas próprias bases”.

Como trabalhava como jornalista do *Correio Paulistano*, jornal que simbolicamente representava um “órgão máximo da hegemonia política paulista”, e como rompera de forma relativa com o partido, foi obrigado a demitir-se e

4 Os dois anos seguintes foram, segundo seu próprio depoimento, um período de “experiência do estilo moderno”. Assinou então dezenas de crônicas e ensaios, que em 1927 seriam reunidos e publicados no volume *Discurso às estrelas* (Brandi; Soares, 1984, p.3051).

5 O sufrágio universal, por exemplo, foi considerado como principal entrave à “organização das elites dirigentes, por processos seletivos”. Apontou também o que chamou os equívocos da oposição liberal, quando afirmou que as oposições brasileiras inserem em seus programas questões puramente formais [...] Detêm-se no considerar as piores ou melhores formas de democracia quando devemos cogitar da própria salvação da democracia como lhe imprimir um sentido novo e consentâneo com as realidades históricas e sociais (Brandi; Soares, 1984, p.3052).

passou a trabalhar no escritório de Alfredo Egídio de Souza Aranha, uma das lideranças do grupo dissidente do PRP. Contexto em que teve a oportunidade de realizar uma viagem ao exterior como preceptor do filho de Souza Aranha, Joaquim Carlos e, devido a esse fato, não teve nenhum envolvimento com a Revolução de 1930.

Essa viagem, entretanto, foi fundamental para a sua visão política, pois teve contato direto com o fascismo italiano, tendo se encontrado inclusive com Mussolini, quando passou a ficar convencido da necessidade de transformações na realidade nacional (Brandi; Soares, 1984, p.3052):

Iniciou a viagem visitando o Egito, a Palestina e a Turquia, e percorreu em seguida cerca de oito países da Europa. A passagem pela Itália representou, sem dúvida, um momento decisivo para sua futura carreira política. Durante um mês, observou de perto a experiência fascista, que o influenciou profundamente e, após um encontro com o ditador italiano Benito Mussolini, escreveu a um amigo no Brasil dizendo que um “fogo sagrado” entrara em sua vida. “Volto para o Brasil, disposto a organizar as forças intelectuais esparsas, coordená-las dando-lhes uma direção, iniciando um apostolado.” Sobre a aplicação do modelo fascista ressaltou que “não é exatamente esse regime que precisamos aí, mas é coisa semelhante” (Brandi, 1984, p.3052)

A viagem ao exterior teve duração de quase seis meses e, em 4 de outubro de 1930, Salgado retornou ao Brasil, um dia após a deflagração do movimento contra o presidente Washington Luís. O movimento fora organizado pelos líderes da Aliança Liberal, responsáveis pelo lançamento da candidatura de Getúlio Vargas e pelos “Tenentes”, os mesmos jovens oficiais do Exército que haviam liderado o movimento revolucionário na década de 1920 e deflagrado o golpe de Estado, a denominada Revolução de 30.

No início de 1931, Salgado cogitou a criação de um jornal com apoio financeiro de Souza Aranha, objetivando com esse intento uma ferramenta de ação política de caráter nacionalista. Em março daquele mesmo ano, redigiu o Manifesto da Legião Revolucionária, divulgado pelo *Jornal do Rio de Janeiro*. Esse documento defendia, entre outras concepções, o Estado centralizado e unipartidário, ao lado de um Poder Judiciário autônomo e unificado, uma seleção indireta para a Presidência da República e a organização das classes sociais pelo Estado.

O Manifesto da Legião Revolucionária foi objeto de grande repercussão no meio intelectual, oportunidade em que Salgado pôde apresentar, como parte do programa político, alguns princípios que fizeram parte da ideologia e do projeto político integralista.

Salgado, no contexto do Manifesto da Legião Revolucionária, continuou a articular uma corrente de intelectuais em defesa de concepções políticas comuns como o nacionalismo, o anticomunismo, o que atraiu intelectuais como Augusto Frederico Schmidt, José Madeira de Freitas, Raimundo Padilha, Francisco de Santiago Dantas, e muitos outros dentre esses que posteriormente vieram a fazer parte da Aliança Integralista Brasileira (AIB). Salgado também tentou se articular politicamente com as principais figuras do Movimento Tenentista do Rio. Nesse período, a Legião Revolucionária de São Paulo fazia oposição aos grupos tradicionais da política paulista e encontrou forte resistência e dificuldades para se consolidar como movimento organizado.

Em junho de 1931, o jornal *A Razão* foi fundado por Egídio Souza Aranha, tendo Salgado e S. Tiago Dantas como seus redatores principais, o jornal era instrumento de oposição em relação à convocação de uma Assembleia Constituinte, resistência organizada pelos representantes das forças políticas tradicionais de São Paulo e por grupos dirigentes dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Nesse período, Salgado escreveu diversos artigos, inicialmente críticos em relação ao governo de Vargas. Mas os seus artigos jornalísticos em curto espaço de tempo começaram a fazer apologia à liderança de Vargas. O apoio ao governo provisório por parte de Salgado não era símbolo de um apoio irrestrito à legitimação da política de Vargas e, sim, uma tática política com o intento de evitar um regresso ao regime político da Primeira República (Brandi; Soares, 1984, p.30-52).

No jornal *A Razão* o futuro líder do integralismo iniciou a divulgação dos conceitos nucleares de sua pretensa filosofia política do Sigma: Estado forte, unidade nacional, crítica aos estrangeirismos que corrompiam a cultura nacional, marcando elementos de xenofobia presentes nesta construção ideológica, autonomia política para o país, valorização do potencial agrícola brasileiro, antiliberalismo, ideias espiritualistas do catolicismo social, legitimando a defesa do fundamento moral que caracteriza o pensamento fundamentalista cristão.

Durante aquela época de sua atuação como jornalista,⁶ temas herdeiros de concepções conservadoras e autoritárias foram articulados por Salgado, que já utilizava o adjetivo integral ou integralista. Assim, sob a inspiração do regime italiano de Mussolini, foi que o líder dos integralistas lançou as bases para a proposta de um Estado centralizador e mobilizador, que se caracterizou por um modelo miliciano de organização de seus quadros.

3.1. O movimento e o partido integralista como aparelho privado de hegemonia

Em perspectiva gramsciana, a denominação de aparelhos privados de hegemonia apresenta-se como recurso categorial para a definição de grupos articulados na sociedade civil em defesa de concepções ideológicas. Categoria aplicada aqui à interpretação dos núcleos integralistas entendidos enquanto aparelhos políticos.

Segundo o autor italiano, os aparelhos privados de hegemonia estão em funcionamento de forma relativamente autônoma em relação à sociedade política – o Estado e seu aparato burocrático administrativo. Os aparelhos privados de hegemonia são a materialização da conflitualidade de classes na sociedade, expressão das conflitualidades sociais.⁷

6 Os artigos de Salgado no jornal *A Razão* foram escritos entre julho de 1931 e maio de 1932. Segundo Salgado, foram escritos cerca de 300 artigos, muitos sobre a conjuntura nacional e internacional do período, em que o governo de Vargas era inicialmente criticado pelo seu excessivo liberalismo e a Itália fascista de Mussolini era defendida apologeticamente como o início de uma nova era. O referido jornal foi fechado no dia 23 de maio de 1932, no dia dos acontecimentos que levaram à morte, na capital, dos quatro jovens, cujas iniciais de seus nomes deram origem a denominação do movimento MMDC, célula inicial do movimento constitucionalista em São Paulo (Chasin, 1978, p.375).

7 “Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são os que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja, organismo sociais coletivos e voluntários e relativamente autônomos em relação à sociedade política. Gramsci registra aqui o fato novo de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas, ganhou uma autonomia material [...] em relação ao Estado em sentido restrito. Em outras palavras, a necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização política – criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a trabalhar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidades próprias) das relações sociais de hegemonia.” (Coutinho, 1999, p.128-129).

As organizações à esquerda e à direita do espectro político utilizam o que Gramsci denominou aparelhos privados de hegemonia como organizações que influenciam na difusão de ideologias e buscam intervir nos rumos da sociedade, mas que não estão necessariamente vinculados à estrutura formal do Estado e de suas instituições. Nesse sentido, a imprensa, os canais midiáticos e as instituições educacionais dos núcleos integralistas, pretéritos e contemporâneos, são compreendidos como aparelhos organizados para a manutenção e propagação de suas concepções políticas.

As disputas pela hegemonia ocorrem também em espaços que Gramsci denominou de sociedade política, através da atuação partidária institucional, na qual diferentes organizações estão em disputa através de partidos políticos que concorrem nos pleitos eleitorais. Nesta perspectiva, os intelectuais do Sigma pleitearam espaços, por meio da ação Integralista Brasileira (AIB) e do Partido de Representação Popular (PRP). Na contemporaneidade, os militantes do Sigma não possuindo uma legenda própria utilizam a estratégia de lançar candidatos através de outras siglas partidárias, como será apontado na segunda parte desta investigação.

Estas duas dimensões das disputas ideológicas, a sociedade civil e a sociedade política, segundo Gramsci, são ocupadas por duas estratégias às quais denominou de guerra de posição e guerra de movimento. A primeira marcada pela ocupação de espaços na sociedade civil, influenciando a opinião pública e a propaganda política, visando à aquisição de novos militantes e às formações de consenso, em torno de determinadas plataformas ideológicas. E a segunda abrangendo a inserção dos militantes de organizações partidárias nas estruturas políticas institucionalizadas, através da estratégia eleitoral, visando à conquista de espaços nas instituições representativas em busca de hegemonia.

A Sociedade de Estudos Políticos (SEP) foi o centro de reflexão política e sociológica criado por Salgado, em março de 1932, visando congregiar intelectuais e lideranças políticas contrárias aos modelos de cunho liberal ou socialista.

A primeira reunião para a organização da SEP foi realizada em fevereiro de 1932, na sede do *A Razão*, oportunidade em que foi discutida e aprovada a carta de princípios da organização, sob a forma de nove postulados, redigidos por Salgado. A SEP chegou a contar com 148 membros, dentre estes antigos companheiros de militância do Partido Republicano Paulista, intelectuais com quem Salgado estabeleceu contato durante a sua carreira como escritor e

jornalista, estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo (Salgado, 1959, p.143) e militantes da Ação Imperial Patrimonista.

Em 24 de maio de 1932, Salgado propôs, em assembleia na SEP, a criação de uma nova comissão técnica denominada Ação Integralista Brasileira com a finalidade de “transmitir ao povo, em uma linguagem simples, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da organização”.⁸

Em junho de 1932, o Manifesto para a divulgação da Associação Integralista Brasileira (AIB), redigido por Salgado, que o considerou a primeira manifestação política da ideologia integralista, foi aprovado em assembleia geral da SEP, mas a sua publicação foi adiada em virtude do iminente confronto armado entre o Estado de São Paulo e o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Com a derrota dos insurgentes para as Forças Federais, em 7 de outubro de 1932, foi fundada oficialmente a Ação Integralista Brasileira (AIB), com a leitura do documento acima mencionado que ficou conhecido como Manifesto de Outubro, em reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo. Em sequência, foi fundado em São Paulo o primeiro núcleo da AIB, Sede Nacional e Provincial deste movimento. Salgado como principal liderança do movimento tinha como secretário Alpinolo L. Casali e como tesoureiro Iracy Igayara. Naquele período, Miguel Reale e Gustavo Barroso inscreveram-se no movimento.

A ideologia integralista fundamentava-se em valores morais e religiosos, e num ideal nacionalista, sintetizado no próprio lema da AIB: “Deus, Pátria e Família”. A partir de sua fundação oficial, em outubro de 1932, até o golpe do Estado Novo em 1937, a AIB cresceu e transformou-se no primeiro partido de massas no Brasil (Cavalari, 1999).

No final de 1932, após três meses de divulgação das ideias integralistas, o núcleo de São Paulo contava apenas com cinquenta membros. Em Minas Gerais, na Bahia e no Ceará a organização foi lançada oficialmente também em 1932. Em Pernambuco, a AIB exerceu influência sobre estudantes da Faculdade de Direito de Recife com a significativa adesão de Dom Hélder Câmara ao movimento. No Distrito Federal, o primeiro núcleo foi fundado em abril de 1933.

8 “Em 6 de maio de 1932, propus que se criasse uma sessão subordinada e paralela à Sociedade de Estudos Políticos, a qual teria por tarefa uma obra educativa de mais larga amplitude, destinada a formar a consciência popular no trato dos problemas brasileiros e sob a inspiração dos princípios filosóficos e o programa político da nossa agremiação. Essa sessão foi criada pelos votos da assembléia, com o nome de Ação Integralista Brasileira.” (Salgado, 1959, p.145).

O primeiro desfile integralista aconteceu em abril de 1933, com a participação de cerca de quarenta membros que percorreram as ruas de São Paulo, com uniforme de camisas verdes e a braçadeira com a letra grega maiúscula “Sigma”. Com ela, pretendiam passar a ideia de “somatória”, para significar que o movimento integrava todas as forças sociais do país na suprema expressão de nacionalidade.

Os intelectuais da AIB, objetivando a divulgação das ideias do movimento, formaram as “bandeiras integralistas” percorrendo várias regiões do país em suas campanhas doutrinárias.

No final de fevereiro de 1934, a AIB realizou o primeiro Congresso em Vitória, no Espírito Santo, quando aprovou seus estatutos. Nessa oportunidade, Plínio Salgado foi eleito chefe nacional da AIB e foi formada a estrutura organizacional de caráter burocrático e hierárquico dessa associação.⁹

Os estatutos da AIB, posteriormente, foram modificados no segundo Congresso Integralista realizado em março de 1935, em Petrópolis, quando o movimento transformou-se em partido político, de acordo com o registro feito no Superior Tribunal Eleitoral. Segundo Brandi e Soares (1984, p.3035), a AIB, em 1935, num balanço feito por Plínio Salgado, contava com 1 deputado federal, 4 deputados estaduais e 1123 grupos organizados em 548 municípios. Em um curto espaço de tempo, segundo referências bibliográficas, os camisas verdes e os blusas verdes, como se apresentavam, somavam 400 mil militantes. Nessa época, o movimento já exercia grande influência no sul do país e nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Ceará e no Distrito Federal.

Em 1936, Salgado reuniu no Rio de Janeiro as lideranças nacionais do movimento visando a alterações no sistema burocrático da organização estabelecida no primeiro Congresso. O Conselho Nacional, órgão de funções consultivas, cujos membros eram designados exclusivamente pelo autodenominado Chefe Nacional, foi substituído pelo Conselho Supremo, mantendo o novo órgão a mesma finalidade e atribuições.

9 “Os estatutos aprovados em 1934 no Congresso de Vitória afirmavam explicitamente que o chefe nacional dirigirá e comandará todo o movimento em todas as províncias através dos departamentos nacionais e que em cada departamento o chefe nomeará para auxiliá-lo um secretário nacional sob sua imediata fiscalização. Salgado possuía também o direito exclusivo de nomear os membros do Conselho Nacional, um órgão de funções meramente consultivas, e os dirigentes da AIB em cada Estado, denominados chefes provinciais” (Brandi; Soares apud Beloch; Abreu, 1984, p.30-54).

Os seis departamentos que compuseram a estrutura burocrática da AIB receberam a designação de secretarias nacionais. Também foram criadas novas secretarias: a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP), de Imprensa, de Relações com o Exterior e de Assistência Social. O departamento de Organização Política foi transformado em Secretaria Nacional das Corporações e dos Serviços Eleitorais, com a finalidade de tratar do alistamento eleitoral dos militantes da AIB, visando à sucessão presidencial de 1938. Foram também criados dois novos órgãos: a Câmara dos 40, composta por militantes que se destacaram por seus méritos “morais e intelectuais” e a Câmara dos 400, formada por integrantes da cúpula da organização. Para a escolha do candidato integralista à sucessão de Vargas à Presidência da República, foi lançado oficialmente um plebiscito no qual os principais dirigentes da AIB disputaram o cargo. O resultado foi a vitória de Salgado por 846.554 votos contra 1.397 de Gustavo Barroso e 164 de Miguel Reale. Então: “Em 14 de junho, Gustavo Barroso, Miguel Reale, Everaldo Leite e outros integralistas reuniram-se com o presidente Vargas e seu Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, para comunicar o lançamento da candidatura de Salgado.” A campanha eleitoral da AIB estendeu-se por todo o país, foram constituídos mais de 4 mil comitês pró-Plínio Salgado em menos de dois meses, segundo Brandi e Soares (1984, p.3057). Plínio Salgado, em seu livro *A quarta humanidade*, lançado em 1936, faz referência à organização da sociedade segundo princípios integralistas quando argumenta a respeito do seu projeto de Estado, denominado de Estado Integral.

O Estado integralista seria o agente modificador da sociedade. A organização do Estado, porém, não seria caracterizada pelo princípio da soberania popular e pelo sufrágio universal, segundo os moldes da liberal democracia. A proposta de organização social integralista tinha como pressuposto a nação organizada, segundo as categorias de seus componentes, e o Estado teria a função de manter e distribuir justiça e equilíbrio social.

Em contraposição à luta de classes fomentada pelos comunistas, Plínio Salgado afirmava que o Estado Integral seria uma Democracia Orgânica,¹⁰

10 “É o ritmo do século. Não podemos fugir dele. Mas – e isto é o mais importante para nós – enquanto os demais povos se movimentam no sentido do Estado Forte nós, vamos mais longe, porque desejamos o Estado Integral, que contém todas as forças e representa o equilíbrio perfeito. O Estado Forte significa ditadura, sinônimo de Estado totalitário. O Estado Integral é uma Democracia Orgânica. A ordem garantindo a liberdade.” (Salgado, 1955, p.119).

com o objetivo de proporcionar a cooperação entre os seguimentos da sociedade. O Estado Integral deveria estar alicerçado nos princípios de hierarquia, ordem, disciplina e unidade, numa estrutura corporativista, concernente ao seu projeto de Estado, princípios estes divulgados pela imprensa da AIB:

A Nação Brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso, precisamos que todos os brasileiros estejam unidos. [...] Por isso, a Nação precisa organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Essas classes elegem cada uma, de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Gerais. Os eleitos para as Câmaras Municipais elegem seu presidente e prefeito. Os eleitos para os Congressos Provinciais elegem o governador da Província. Os eleitos para os Congressos Nacionais elegem o chefe da Nação, perante o qual respondem os Ministros de sua livre escolha.¹¹

A Ação Integralista Brasileira tornou-se partido político em 1935 e entrou em disputas eleitorais com seus candidatos por todo o Brasil.

Os cursos de formação da AIB, visando à educação política do militante, continham disciplinas como sociologia, literatura e economia. A propaganda da “elevação do nível cultural das massas” era prioridade vital para as lideranças do movimento. A AIB, na arregimentação de seus quadros de militantes, foi organizada num duplo sentido, procurando agremiar e disciplinar suas legiões e formando também as elites dirigentes. Para a arregimentação e disciplina, promovia-se a doutrinação, voltada para o esclarecimento dos problemas sociais e políticos do país sob a ótica integralista. A formação das elites era feita através dos estudos integralistas, realizados pelo Departamento de Estudo e supervisionado pelo Departamento Nacional de Doutrina, do qual Miguel Reale era chefe.¹²

Os cursos de Estudos Integralistas, com duração regular de oito meses, eram compostos por seis disciplinas: História Social Brasileira, Introdução à Sociologia Geral, Noções de Direito Corporativo, História das Doutrinas Econômicas, Noções Gerais de Organizações Políticas e História Militar Brasileira. Nos cursos de Altos Estudos, com duração de dez meses, compostos

11 Salgado, P. et al. 1955, p. 32.

12 Cavalari, R. M. F. Ibid., 1999, p. 48.

por cinco disciplinas, estudava-se Teoria do Estado, Organização Nacional Corporativa, História do Estado, Filosofia Social e Filosofia da Pedagogia (Cavalari, 1999, p.48-9).

A arregimentação, a disciplina de novos militantes e a formação daqueles que iriam exercer funções de liderança do movimento eram o objetivo da doutrina integralista, que visava à consolidação e à expansão da AIB através da educação integral para o homem integral.

A formação das elites dirigentes, para Salgado, era um ponto de destaque nas estratégias elaboradas pelos líderes integralistas para a preparação dos intelectuais do Sigma. “Ela deve firmar certos princípios que servirão de base a nossa consideração do mundo e dos fenômenos sociais.” Para o propósito de conquista da hegemonia política, a mobilização de pensadores que formariam a cúpula do movimento era de fundamental importância para o êxito da guerra de posições iniciada por Plínio Salgado e seus seguidores.

As ideias divulgadas pelos intelectuais da AIB eram também veiculadas através de uma rede de escolas, criadas e financiadas pelo movimento, localizadas nos núcleos integralistas de âmbito municipal ou distrital, e eram supervisionadas pela Divisão de Educação da Secretária Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP).

Os jornais da AIB publicavam informações referentes à implantação e ao funcionamento das escolas. Segundo a imprensa integralista em 1937: “Todas as Províncias mantêm nos seus Núcleos Municipais e Distritais e, fora deles, escolas de alfabetização e ensino profissional [...] cujo número já atinge a 3000.” (Cavalari, 1999, p.72).

As escolas integralistas forneciam cursos de alfabetização para todas as idades, além de cursos profissionais, funcionando em alguns núcleos cursos de corte e costura, enfermagem, datilografia, taquigrafia, entre outros, instrumentalizando a obra cultural do movimento em favor da propaganda das ideias integralistas:

Em vez de as crianças frequentarem escolas ateias, sem técnica profissional e com moldes comunistas, onde o nome de Deus se oculta aos pequeninos, e esquecidos eram os princípios cívicos do amor da Pátria, procurasse o ensino gratuito da escola integralista, lá encontrariam os ensinamentos da ideia sacrossanta de Deus, Pátria, Família. (Cavalari, 1999, p.73)

Os postulados da “doutrina” divulgados nos cursos de formação dos militantes eram também vinculados através da imprensa integralista e dos livros publicados pelos principais intelectuais do movimento. Visando a propaganda ideológica da AIB, foram criados, em 1935: um consórcio jornalístico denominado “Sigma – Jornais Reunidos”, subordinado à Secretaria Nacional de Propaganda, que englobava um conjunto de 88 jornais que cobriam todo o território nacional e também a Secretaria Nacional de Imprensa (SNI) e as Comissões de Imprensa.

Os livros publicavam as ideias produzidas pelos teóricos do partido e os jornais as popularizavam¹³ com o objetivo de educar e mobilizar seus militantes sob a ideologia formulada por Salgado e os intelectuais do Sigma.

3.2. Elementos ideológicos dos principais intelectuais do Sigma

As três expressões teóricas principais da AIB são representadas por Plínio Salgado com o nacionalismo moralizante do catolicismo social, Miguel Reale com a corrente sindical e corporativa e Gustavo Barroso com o antisemitismo.

A ideologia integralista formulada na imprensa da AIB pelos intelectuais do Sigma continha temas presentes no debate nacional e internacional em voga na década de 1930, apresentando-se como uma proposta de Projeto de Estado, vociferada como “genuinamente nacional”. A formulação da concepção de “Estado Integral” de Plínio Salgado apareceu pela primeira vez como proposta política para o país já no Manifesto de Outubro de 1932.

No Manifesto de Outubro de 1932 estão sintetizados os principais elementos de sua ideologia referentes à sua compreensão de Estado, no qual as concepções corporativistas e nacionalistas são enfatizadas numa proposta de organização da sociedade que estava sintonizada com as tendências autocráticas então em voga no ocidente. No discurso e no conjunto dos livros de Salgado, assim como no Manifesto de Outubro, foram explicitadas as críticas ao

13 Desde o período de desenvolvimento da imprensa integralista ela era um importante instrumento de divulgação da ideologia, inicialmente, até por uma questão de estratégia, o movimento apresentava-se com um caráter predominantemente cultural e cívico. Os jornais *O Monitor Integralista*, *A Ofensiva*, *A Ação*, *O Integralista* e a revista *Anauê* são exemplos de suas publicações.

capitalismo e ao comunismo, e as publicações da AIB apresentaram a organização como detentora de um projeto político original e genuinamente brasileiro. Nesse sentido, a característica principal do discurso integralista, segundo a definição de Vasconcelos (1979), é a sua “utopia autonomística”. Nessa perspectiva, a propaganda política dos integralistas apresentava-se como uma ideologia pretensamente original e independente, genuinamente brasileira.

Para Roque (2000, p.304), a grande diferença entre a teoria do Estado Integral de Salgado e de Reale consta nos elementos da formulação pliniana, que estava ancorada em reflexões de princípios sobre a interação entre indivíduo e sociedade no Estado Integral, “valorizando mais a reforma do homem do que a reforma do Estado”. Para Salgado, o denominado “homem-integral” é o sujeito-histórico que vivencia também uma revolução interior ou uma revolução moral.

O Estado Integral de Miguel Reale foi formulado numa linguagem técnico-jurídica na qual a questão do Estado obteve um papel central em sua produção. Porém, o fator legitimador também estava assentado no discurso da moral e da ética, mas o sujeito-histórico projetado não era o homem cristão da “revolução interior” e sim o trabalhador inserido nas forças produtivas da nação.¹⁴

No livro *O Estado Moderno*, de 1935, Reale desenvolveu sua posição sobre os temas: bolchevismo, fascismo e Estado Integral. Para Reale, o final da Primeira Guerra é situado como ponto final das estruturas tradicionais de poder, tendo como consequência o surgimento do “Estado Moderno”. O Estado assume dessa maneira duas formas distintas, a do Estado fascista e a do Estado bolchevista, resultados de uma reação contra as debilidades do liberalismo.

O integralismo para Reale foi colocado como um modelo político com o papel de superar os males das correntes político-sociais existentes:

Sendo o bolchevismo, segundo Reale, a consequência final e indireta do liberalismo, ele vai optar pelo Estado fascista. O fascismo, contudo, substitui a

14 Enquanto, para Plínio Salgado, o Estado deveria resultar da organização dos grupos naturais, com ênfase na família, para Miguel Reale a base da construção do Estado residia na organização sindical. Essa primazia da estrutura de um sindicalismo ordenado – que culminaria na organização corporativa de todos os produtores e da qual deveria derivar, por último, o Estado as suas instituições e as formas de representação – aproxima Reale de uma acirrada crítica à doutrina liberal e de uma adesão do Estado como aquele do fascismo da Itália (Roque, 2000, p.305).

concepção do Estado jurídico e do cidadão pela concepção do Estado econômico e do produtor. Ao mesmo tempo, o fascismo, sendo uma das tendências naturais do Estado Moderno, acaba por restituir ao Estado sua plena soberania ao identificá-lo com a Nação. Reale destaca ainda duas tendências fascistas: uma “radical”, defensora de um Estado “totalitário”, e uma “moderada”, que corresponde ao Estado integral. [...] Se no Estado fascista “totalitário” a moral está subordinada ao Estado, no Estado fascista “integral” é o Estado que se subordina ao imperativo moral. (Roque, 2000, p.306)

No aspecto da posição de Plínio Salgado sobre a ascensão do fascismo na Europa, a retórica também era a de negação da identidade do integralismo com seus congêneres europeus, na mesma linha argumentativa de Miguel Reale. Principalmente depois que o governo brasileiro ficou do lado dos aliados, os integralistas não podiam mais manifestar sua apologia ao Eixo. Difundida na sua imprensa, entretanto, até quase o final de década de 1930.

No livro *A quarta humanidade*, o objetivo de Salgado era também o de elucidar dúvidas sobre a natureza do Estado Integralista e as acusações dos vínculos com os regimes políticos, inaugurados com o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha, que lhe eram atribuídas pelos adversários.

Segundo a análise de Chasin (1978, p.567-568), o fascismo era apresentado no discurso integralista de Salgado como uma forma de defesa, uma reação das nacionalidades, “que não tem energias para criar nada novo como o integralismo”. O avanço das autocracias chauvinistas na Europa era difundido na imprensa da AIB como o “ritmo do século”.¹⁵

Plínio Salgado tentava distinguir o integralismo do fascismo ao afirmar que o Estado Integral era legitimado pela moral e pela família, e que na Itália o Estado baseava-se na “força do Estado”.

15 “[...] O mundo moderno está enfermo por falta de autoridade. Por isso os movimentos das juventudes da Inglaterra, de Portugal, da França, do Japão, da Alemanha, da Itália [...] do Chile, da Argentina em favor do Estado Forte [...] É o ritmo do século. Não podemos fugir dele. É, a tendência geral, mas que não se apresenta indiferenciadamente, nem deixa de cristalizar distintas soluções, de conteúdo e condições hierárquicas diversas; o rumo a direita é, pois, ‘o ritmo do século’. “Mas – e isto é o mais importante para nós – enquanto os demais povos se orientam no sentido do Estado Forte, nós vamos mais longe, porque desejamos o Estado Integral, que contém todas as forças e apresenta o equilíbrio perfeito. O Estado Forte é a transição para o Estado Integral. Um dia a Europa virá aprender com o Brasil. Do Continente Sul-Americano sairá a palavra de ordem.” (Salgado apud Chasin, 1978, p.567-568).

De forma tautológica, as distinções dos congêneres europeus estavam baseadas numa retórica que insistia no elemento moral como legitimador de sua proposta. Nesse sentido, Plínio Salgado e Miguel Reale aproximavam-se em suas formulações sobre o papel proeminente do conteúdo moralizador que pretensamente legitimava e singulariza o projeto de Estado AIB:

A Revolução Francesa proclamou os direitos do homem. A Revolução Russa, originária da Revolução Francesa, porém antítese do individualismo, proclamou os direitos de classe. Os movimentos do moderno nacionalismo, na Itália e na Alemanha, proclamam os direitos do Estado. Nós, integralistas, proclamamos o direito da família. [...] Essa obra de educação que nós chamamos a “revolução espiritual” é em razão dela que nos distinguimos tanto do fascismo como do hitle-rismo, imprimindo um sentido profundo ao nosso movimento. [...] Mais tipicamente cultural e profundo, o integralismo é, pois, entendido pelo seu proponente, como um estágio mais avançado da grande e perene revolução do espírito humano, em face da qual o fascismo é um momento simplesmente transitório, “o fascismo marcha para o integralismo”. (Salgado apud Chasin, 1978, p.564-5)

Gustavo Barroso foi o terceiro mais importante intelectual do Sigma na liderança dos camisas verdes. Com sua entrada na AIB, em 1933, foi possível o movimento agremiar extratos sociais da pequena burguesia simpáticos ao antissemitismo, sendo este o tema de maior destaque nos escritos de Barroso.

Na sua interpretação da história e da sociedade prevalecia a denúncia contra uma suposta ameaça de “conspiração judaica em nível mundial”. Sua leitura da história brasileira era fundamentada nesta perspectiva. Para ele, o Brasil seria, nesse cenário, uma “colônia de banqueiros” sob o domínio dos investidores judaicos internacionais.¹⁶

16 “Mais do que comparecer com mais um tema, como o anticomunismo ou o anticapitalismo, a ideia da conspiração é que dá nexos, inteligibilidade às ideias de Barroso [...]. É ela que sustenta e articula a pregação integralista dele. Não é possível estudar o pensamento integralista de Barroso sem perceber e entender a especificidade e a lógica desse permanente ataque contra essa suposta conspiração. Em todos os seus livros integralistas [...] há referências à suposta conspiração judaica e violentos ataques contra os judeus, sendo que pelo menos sete deles foram escritos exclusivamente sobre este tema. Em 1934, Barroso publicou *Brasil, Colônia de banqueiros*, que se tornou o mais conhecido livro integralista dele. Em 1935, *O quarto império*. Depois traduziu e prefaciou *Os protocolos dos Sábios de Sião*. Em 1937 publicou: *A sinagoga paulista e Judaísmo, maçoneria e comunismo*. Em 1938, *História secreta do Brasil* (três volumes).

Os textos de Barroso, segundo Cytrynowicz (1992), eram marcados por uma debilidade teórica, ainda mais inferior que a dos indigestos livros de Salgado e Reale. Para Cytrynowicz, não se encontram nos livros de Barroso uma teoria do Estado, como em Reale, ou uma reflexão sobre a questão da natureza do homem em meio à sociedade, como em Plínio Salgado.

As afinidades ideológicas da AIB e o posicionamento apologético em relação aos nacionalistas europeus, eram explicitados na imprensa dos camisas verdes através dos artigos que evidenciavam a proximidade do integralismo brasileiro com outros movimentos, partidos e regimes chauvinistas da primeira metade do século XX.

João Fábio Bertonha, pesquisador brasileiro sobre o tema e professor do curso de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em visita a arquivos históricos na Itália, encontrou um interessante documento arquivado no Ministério do Exterior Italiano, o mesmo compartilhado com outros pesquisadores. Este documento é uma nota promissória assinada por Plínio Salgado a Eduardo Graziano, este último, brasileiro representante do governo italiano no Brasil.¹⁷ A figura de Graziano aparece nos trabalhos acadêmicos de Bertonha (2001) e Seintenfus (1985).

A nota promissória é uma evidência das relações também de apoio material do regime fascista a muitos países, buscando articular grupos chauvinistas para a constituição de uma rede de apoiadores do Eixo. A devolução dos valores deveria ocorrer em 1941, porém, é claro, não se afirma aqui a ideia de que Plínio Salgado e o Integralismo eram sustentados integralmente pelo fascismo italiano, mas, esse estreitamento e colaboração ficaram evidentes nas fontes documentais consultadas. Como, por exemplo, as posições do partido de Plínio Salgado noticiadas no *Jornal Acção* (Barbosa, 2007).

A ideologia de Salgado incorporava como justificativa de sua singularidade com os regimes autocráticos europeus a ideia de uma pretensa “revolução”, uma sublevação, não nos moldes de uma revolução burguesa ou comunista, e

Integralismo e catolicismo e o espírito do século XX têm vários capítulos exclusivamente antisemitas. Por esses livros, por ter introduzido no Brasil ‘Os Protocolos dos Sábios de Sião’ (a mais difundida versão do mito da conspiração judaica), por centenas de artigos de jornal, Gustavo Barroso pode ser considerado a mais violenta expressão conhecida do anti-semitismo na história política brasileira. Isso paralelamente a uma carreira de sucesso em outras áreas. O jornal nazista, de Buenos Aires, *Deutsche la Plata Zeitung* considerou Barroso o ‘Führer’ do integralismo.” (Cytrynowicz, 1992, p.8).

17 No anexo 1.

sim uma revolução de ideias, uma “revolução do espírito”.¹⁸ Havia o intento de um paradigma cerceado por um sincretismo entre política e elementos de cunho moral e religioso, em detrimento ao ascendente materialismo.

Para uma melhor compreensão do significado da revolução do espírito proposta por Plínio Salgado é necessário uma maior argumentação a respeito de duas categorias que, segundo Araújo (1988, p.28-9), são fundamentais para uma melhor compreensão da doutrina integralista: o materialismo e o espiritualismo.

De fato, essas duas concepções, cuja discussão vai ser feita de forma mais simplificada em *O que é o integralismo*, vão se constituir no fundamento de todo o esquema intelectual que será desenvolvido por Plínio. Elas nomeiam dois planos essenciais e antagônicos da existência humana, planos que sempre estiveram presentes, em todos os lugares desde o princípio dos tempos, sempre na mais aguda posição.

O padrão de civilização proposto por Salgado como fundamento da identidade ideológica e como fundamento da ação política era o de princípios norteadores de uma organização sustentada pela máxima “Deus, Pátria e Família”, lema da AIB e síntese do modelo de sociedade idealizado pelos intelectuais do Sigma.

Os valores que fundamentam a educação dos integralistas eram orientados pelos princípios de defesa de uma organização com embasamento fundamentalista cristão e chauvinista, cujos valores morais tinham como premissa enaltecer a cultura nacional e resgatar determinados valores deturpados pela ótica materialista. Porém, para Plínio Salgado (Araújo, 1988, p.30), com o advento do capitalismo, o paradigma materialista foi legitimado como consciência coletiva de indivíduos que têm como valor principal e lei natural a competição: “Movidos pelas próprias características da matéria, naturalmente expressionista, estas leis vão tentar, a partir deste momento, o controle integral da vida social, destruindo os valores espirituais e absolutizando o materialismo.”

18 A revolução do espírito para Plínio Salgado representava uma revolução de ideias, uma nova mentalidade, legitimada por valores de ordem nacionalista e espiritualista cristã. O termo “revolução do espírito” é estudado em maior profundidade no primeiro capítulo do livro de Cavalari (1999).

Em suas argumentações acerca da religião, Salgado desenvolveu uma justificativa maniqueísta, segundo a qual a concepção materialista era cerceada pela competição, como lei natural entre os indivíduos. Era devido à brutalidade que tal perspectiva gerou na humanidade que a concepção espiritualista para os integralistas proporcionava uma utopia cujo fundamento era a solidariedade sob a bandeira do partido e da nação.

A interpretação da história de Plínio Salgado era influenciada por uma lógica de caráter etapista de inspiração “positivista às avessas”, na qual a etapa final de desenvolvimento das sociedades seria caracterizada pelo triunfo das “concepções espiritualistas de existência”. Apoiando-se numa concepção de ordem evolutiva baseada no confronto entre o conceito materialista e o espiritualista, a ideologia integralista era apresentada como uma fase superior de desenvolvimento e organização das sociedades. Segundo o paradigma integralista esboçado na “concepção de história” formulada por Plínio Salgado, a civilização era compreendida em seu desenvolvimento por etapas divididas em quatro humanidades: a primeira, denominada humanidade politeísta; a segunda, humanidade monoteísta; a terceira, humanidade ateuísta; e a quarta, humanidade integralista (Salgado, 1936).

Na humanidade politeísta, o espiritualismo e o materialismo vão aparecer estritamente combinados, mas de forma paralela, quando as necessidades materiais e espirituais, para serem supridas, foram instrumentalizadas numa relação da religião com a natureza, objetivando retirar os meios materiais de subsistência numa lógica que toma o divino por um caráter utilitarista.

No politeísmo, o sincretismo entre matéria e espírito ainda preservaria a situação de competição entre os homens, e as contradições dessa primeira etapa da humanidade proporcionariam o desenvolvimento de mais duas civilizações.

A humanidade monoteísta, por sua vez, teria se desenvolvido historicamente na Idade Média tendo uma face espiritual. Para Salgado, na etapa da humanidade politeísta, os homens, os clãs e os deuses eram integrados, preservando as individualidades de cada grupo, enquanto na humanidade monoteísta, as diferenças que separavam os indivíduos eram dissolvidas, homogeneizando seu comportamento em função de uma moral religiosa comum. E, por fim, a humanidade ateuísta era marcada por uma face racionalista legitimada pelo cientificismo.

Plínio Salgado buscou captar em seu projeto político a legitimidade religiosa como fundamentação de seus pressupostos ideológicos. Com um

projeto político num contexto em que a maior politização de setores católicos eclodia no Brasil, soube articular elementos de ordem político e religiosa, objetivando a construção de uma organização na qual a religião, mesclada a um nacionalismo chauvinista, apresenta-se como o prenúncio de uma “nova etapa da civilização”. E, através do resgate dos princípios espirituais, uma quarta humanidade surgiria: a “humanidade integralista”.

Salgado considerava o integralismo como uma “revolução espiritual” que abrangeria não só o Brasil, mas “todo o complexo panorama universal”, inaugurando um novo período na história do homem: a quarta humanidade, denominada integralista. (Brandi; Soares, 1984, p.3054)

A viabilidade de tal intento era legitimada, na ótica do líder da AIB, pela situação de fragilidade e “subordinação em que o país se encontrava [...] sob o controle da concepção materialista de vida”, mesmo diante do contexto de êxito do catolicismo no país. Segundo Araújo (1988), a lógica das concepções de Plínio Salgado apresentava uma perspectiva da iminente crise da moral cristã das sociedades modernas.

As influências do materialismo eram perceptíveis no padrão de vida da burguesia urbana:

A burguesia, pelo seu lado, instalou-se nas cidades, especialmente das grandes metrópoles do litoral, por cujos portos estabeleceu um ativíssimo relacionamento com o imperialismo, com o capital internacional a quem sempre esteve subordinada. (ibid.)

E também eram latentes na “elite rural”, tendo como seu representante o grande proprietário de terras:

Os caudilhos, por sua vez, vão dominar inteiramente o campo fazendo eco ao controle burguês nas cidades. Violentos, orgulhosos e autoritários, eles perseguem obcecadamente a realização de um objetivo primordial: a implantação de seu poder pessoal, a permanente confirmação de seu governo sobre os homens e a terra no interior de seu país. Nesta procura, eles vão primeiramente firmar uma sólida aliança com a nossa elite urbana, e depois por meio desta, com os banqueiros internacionais. (Araújo, 1988, p.49-50)

Para Salgado, o materialismo configurava-se, portanto, como princípio fundamental da terceira humanidade e o Brasil, apesar de sua tradição cristã, encontrava-se sob a égide do ateísmo: “De acordo com o seu esquema de interpretação da história, o Brasil foi situado no contexto da terceira humanidade – a humanidade ateísta” (Brandi; Soares, 1984, p.3054). Porém, as etapas da humanidade propostas por Plínio não seguem uma sequência determinada e nenhuma prevalece sozinha na sociedade, cada uma das humanidades não corresponde ao período histórico sequencial (Araújo, 1988, p.34).

O Brasil, mesmo sob o controle de uma concepção materialista, possui, segundo Salgado, um “substrato espiritualista”, uma característica presente de forma mais intensa nas regiões interioranas do país, nos indivíduos comuns, no denominado “caboclo”.

Aqui a civilização ateísta é forçada a conviver com uma espécie de fungo, de substrato espiritualista, raramente pressentido pelas elites metropolitanas, mas percebido com uma intensidade cada vez maior à medida que se avança em direção ao interior do país. Esta é basicamente habitada pelo nosso caboclo, gente “simples”, “pobre”, e “honesta”, em cujo coração, segundo Plínio o “sentimento da nacionalidade” bate com muito mais vigor do que no de qualquer dandy cosmopolita e alienado do litoral. (Salgado apud Araújo, 1988, p.50)

A AIB buscava representatividade no contexto das contradições de uma “sociedade em transição”, como afirma Trindade (1979). Assim, a discussão vigente na sociedade das décadas de 1920 e 1930 de um projeto político nacional de um “Estado Forte” e a ascensão do movimento de renovação espiritual católica foram captadas e articuladas sob a inspiração dos regimes chauvinistas da Europa. A AIB criada por Plínio Salgado foi fundamentada ideologicamente rearticulando temas em voga do debate intelectual nacional no contexto pré-Segunda Guerra Mundial.

Compreendidos nesta análise, em acepção gramsciana como intelectuais, os integralistas representavam outrora, e representam ainda hoje, um segmento político marcado por uma concepção ideológica solidificada em elementos moralizantes, como apontado – assim como Plínio Salgado em sua interpretação da “evolução das sociedades” apresenta uma compreensão de ciência e da sociedade marcada por uma visão organicista, aproximada a uma

interpretação de tendência etapista da “evolução das sociedades” divulgada pela imprensa da AIB.

3.3. A imprensa integralista como “órgão de educação ideológica” e a questão da cobertura da conjuntura política internacional: “o Eixo Roma-Berlim pela paz mundial”

A imprensa integralista foi a mais representativa expressão chauvinista da direita nacional na década de 1930, numa conjuntura histórica de ascensão de concepções políticas radicais que visavam conter os avanços do movimento operário no ocidente apresentando-se como alternativa de Estado intervencionista entre a díade liberalismo e comunismo.

A imprensa nacional do período foi o instrumento polifônico das novas ideologias e propostas que enalteciam o nacionalismo exacerbado como legitimação para um projeto de Estado para o Brasil.

A análise de aspectos da ideologia e da propaganda política integralista através de uma das publicações do Sigma – Jornais Reunidos, o consórcio de jornais que compunham a imprensa integralista –, possibilitou adentrar num dos possíveis caminhos do estudo do caráter ideológico da AIB, através da análise do jornal *Acção*.

O consórcio jornalístico formou um conjunto de 88 jornais em circulação por todo o território nacional que tinha como proposta ser o canal de interpretação do Brasil e do exterior sob a perspectiva ideológica do integralismo, sendo subordinado à Secretaria Nacional de Propaganda, sob a censura da autodenominada Chefia Nacional. A rede de propaganda integralista utilizava-se de jornais, livros, cinema e rádio para divulgar a sua ideologia e propaganda política. Os jornais em geral tinham como propósito popularizar a ideologia do Sigma produzida pelas lideranças da mais expressiva organização chauvinista no Brasil.

Para Cavalari (1999), no exame das publicações, pode-se perceber de forma nítida dois tipos de jornais: os jornais maiores, diários, embora claramente doutrinários, não se limitavam apenas à transmissão da doutrina, mas traziam notícias com fotos, charges, sobre política nacional, internacional e economia. Este era o caso de *A Offensiva* e o *Acção*. Os jornais menores,

semanais ou quinzenais, dedicavam-se quase que exclusivamente a transmitir a doutrina e notícias sobre o movimento. Ao lado das revistas de circulação nacional da AIB como a *Anauê*, os periódicos *Acção*, de São Paulo, juntamente com *A Offensiva*, do Rio de Janeiro, eram os principais canais de propaganda integralista por se situarem em Estados estratégicos para a disputa eleitoral na qual Plínio Salgado era candidato à Presidência da República.

O jornal *Acção*, diário paulista da AIB, foi fundado em 1936 por Miguel Reale e foi publicado de 7 de outubro daquele ano até 27 de abril de 1938, ano em que Getúlio Vargas coloca todos os partidos na ilegalidade. Reale permaneceu como diretor do *Acção* até o fim de suas atividades, imposta pela censura varguista do DIP, cinco meses após o golpe do Estado Novo.

A proposta da criação do *Acção* partiu de Miguel Reale, que sendo a segunda liderança mais representativa dentro da hierarquia do partido, imprimiu sua visão do projeto do Estado Integral. Marcada por um modelo de Estado corporativo-sindical e legitimado por sua retórica bacharelesca, Reale difundiu sua perspectiva teórica do projeto político econômico da AIB através de seus artigos nas páginas do *Acção*.

Os jornais integralistas diários, como o *Acção*, deram ampla cobertura em relação à conjuntura política internacional, com notícias explicitamente apologéticas referentes aos países onde movimentos, partidos e regimes de extrema direita estavam em ascensão e os conteúdos de seu noticiário revelavam suas filiações ideológicas.

O jornal materializa-se enquanto canal de socialização ideológica e as possibilidades de abrangência de um público leitor cada vez maior foram potencializadas pelos camisas verdes com as novas técnicas jornalísticas.

As publicações integralistas eram apresentadas como modernas e buscavam reproduzir as características dos jornais comerciais da grande imprensa do período. Para se popularizar, não publicavam apenas conteúdos de propaganda ideológica do integralismo, mas também variadas notícias buscando alcançar um público diversificado. A concorrência levou os jornais em geral a criarem novos gostos em seu público e, nesse aspecto, o *Acção* tinha como intento apresentar-se como um jornal moderno utilizando as novas técnicas de ilustração e o fotojornalismo, inauguradas na década de 1930. Os jornais diários do Sigma, com a singularidade de noticiar os principais acontecimentos políticos do contexto nacional e internacional, refletiam a perspectiva ideológica dos integralistas, de forma mais explícita, no momento da concretização

dos acontecimentos, proporcionando através da sua imprensa periódica a imagem de suas preferências políticas, revelando aspectos ideológicos mais enfáticos que o posicionamento dos teóricos contidos nos livros – principalmente quando levamos em consideração a operação de mascarar o apoio que haviam manifestado aos regimes autocráticos chauvinistas em suas publicações posteriores.

É factível a análise da imprensa integralista, investigada no caso do jornal *Acção*, como um jornalismo que se posicionava a respeito dos referidos partidos e movimentos políticos, numa perspectiva explicitamente apologética. E o posicionamento da AIB, diante da ascensão da extrema direita no cenário internacional, revela aspectos de sua filiação ideológica entre as tendências políticas em voga no início do século XX. A ênfase das notícias com maior frequência era referente ao regime fascista e nazista. Porém, os seus noticiários davam também destaque aos movimentos e partidos fora da Itália e Alemanha que possuíam pontos em comum no que se refere aos elementos ideológicos e organizacionais. Nesse sentido, a imprensa integralista figurou na década de 1930 como um divulgador de movimentos e partidos chauvinistas que atuavam na Europa. Ficou evidente ao analisarmos as reportagens do *Acção* sobre a conjuntura política internacional na terceira década do século XX como a imprensa da AIB posicionava-se a respeito das ideologias políticas então em disputa.

No momento em que na Itália Fascista comemorava-se o décimo quarto ano do regime de Mussolini, por exemplo, o jornal deu grande destaque às comemorações dos quatorze anos da Marcha sobre Roma, dedicando algumas páginas daquela edição a fotos e comentários sobre as cerimônias realizadas na Itália.

O *Acção*, na ocasião, publicou um artigo de Miguel Reale no qual a data foi exaltada como um marco de uma nova era. E nele apologeticamente o integralismo foi identificado com o fascismo, como manifestação brasileira do que Reale denominou de “bandeira gloriosa do universalismo fascista”. O artigo foi intitulado “28 de Outubro”:

Há quatorze anos, quando a Europa já estava na iminência de ser submersa pela onda vermelha do materialismo comunista [...] Mussolini surgiu na história. E surgiu para lhe dar novo rumo, nova expressão, novo ritmo. [...]. A data de hoje, aniversário da Marcha sobre Roma, por conseguinte, não constitui uma data

italiana, mas universal. O fascismo, em verdade, é o fenômeno universal deste século [...] O fascismo nasceu na Itália. Mas é o resultado de um longo processo que se desenrolou na Itália e fora dela. O que Mussolini fez foi realizar a síntese das doutrinas e interpretar a angústia humana, em um determinado momento [...]. Hoje todos os fascistas do mundo, todos os integralistas, todos os hitleristas, todos os nacional-socialistas, glorificam uma data. É a lembrança da primeira vitória alcançada pelas forças cristãs do ocidente. Diante de nós temos outras lutas e outras vitórias! Contra o internacionalismo vermelho e semita, erguemos a bandeira gloriosa do universalismo fascista, cada povo conservando a própria personalidade, mas todos comungando em uma única fé.¹⁹

Na análise realizada foram identificados artigos explicitamente favoráveis à Itália fascista e à Alemanha nazista, como por exemplo “A águia imperial alemã e a effigie do Duce feitas de conscientes massas humanas. O sentido heróico das democracias modernas”. Segundo o *Acção*:

Na Itália, o velho sentido do Império Romano, na Alemanha, a disciplina consciente da águia imperial; em Portugal, a renovação do espírito lusitano, cheio de epopeias históricas, em todos os países, as correntes nacionalistas se movimentam, numa afirmação de fé e de patriotismo [...]. São as modernas democracias que se erguem [...].²⁰

O artigo escrito por Custódio de Viveiros, “O Duce”, fez apologia ao regime político da Itália de Mussolini: “O Duce é uma das individualidades mais empolgantes do mundo moderno”. O autor compara Mussolini a Napoleão, afirmando que sua obra política é maior que a do primeiro, elogia sua política armamentista e fala do seu feito de tornar a Itália uma “nação aérea com uma frota formidável, uma esquadra moderna”. Sem medir palavras para exaltá-lo afirmou: “A obra de Mussolini salvou a humanidade” (Viveiros, 1936, p.3). O artigo afirmou que isto só foi possível com a vitória fascista.

Os elogios à Itália sob o jugo do regime fascista de Mussolini foram constantes na imprensa integralista e, em todo o período de circulação do jornal

19 *Acção*, 28/10/1937, p.4.

20 “A águia imperial alemã e a effigie do Duce feitas de conscientes massas humanas. O sentido heróico das democracias modernas”, *Acção*, 1936, p.5.

Acção. O diretor do diário paulista da AIB era explícito nos artigos que escrevia a respeito da Itália. Um exemplo de seu posicionamento a esse respeito foi o artigo “Uma lição da Itália” (*Acção*, 1936, p.4), no qual elogia a harmonia de classes italiana, apontada como resultado dos benefícios do corporativismo, segundo Miguel Reale: “As classes devem se desenvolver harmonicamente no seio da nação.” No artigo “A Revolução de Mussolini” (*Acção*, 1937, p.1), o *Acção* fez apologia às medidas tomadas em uma reunião da cúpula do regime fascista italiano. Nele, de forma apologética, foram noticiadas as medidas anunciadas na “Terceira reunião do 15º anno da era fascista realizada pelo Grande Conselho sob a presidência do Duce”. O jornal relata que o tema central da reunião foi o “Programa Demográfico”. No mesmo artigo, foram relatadas na íntegra as diretrizes elaboradas na ocasião do encontro, exaltadas como o “Grande Conselho Fascista”.

A publicação em questão da AIB também fazia referência aos jornais nazistas, enfatizando a luta internacional dos movimentos e partidos, representantes de políticas nacionalistas, contra o comunismo. Numa reportagem anunciada em grande manchete, a imprensa integralista destacava: “Guerra Mundial contra o comunismo. Repercute na Europa a ofensiva sul-americana contra o bolchevismo”:

Berlim, 21 (A.B.) – O *Voelkskicher Beobachter* ocupa-se hoje da luta clara e enérgica da América do sul contra o comunismo tomada pelo Brasil e pela Argentina, países perfeitamente de acordo no combate ao comunismo, o porta-voz do Partido Nacional Socialista cita o Uruguai, cuja atitude contra Moscou e Valência é bastante conhecida, onde se prepara uma lei que pune severamente toda e qualquer atividade comunista. O jornal referido cita artigos e comentários de *El Mercurio* e *Diário Ilustrado*, dois importantes jornais de Santiago do Chile, que se inscreveram na fila dos combatentes ao comunismo.²¹

A imprensa integralista através do jornal *Acção* mostrou ainda o seu lado antissemita. São enfatizados aqui alguns artigos de primeira página que deram destaque aos noticiários sobre a Itália, a Alemanha e a Espanha, todos em edição publicada no início de 1938:

21 “Guerra Mundial contra o Comunismo. Repercute na Europa a ofensiva sul-americana contra o bolchevismo”, *Acção*, 1937, p.2.

Realizam-se os planos dos Protocolos dos Sábios de Sião! Os judeus internacionais criam um fundo de 80 milhões de contos para combater os países nacionalistas! – A Inglaterra, “amiga dos judeus”, lucrará com a ação da judiaria.

Londres, 3 (A.B) – Segundo o *News Chronicle* os financistas judeus internacionais criaram um fundo de 80 milhões de libras esterlinas para uma ofensiva financeira contra todas as nações antissemitas.²²

A respeito do nazismo o jornal *Acção* comentou em artigo na mesma página:

Prepara-se a recepção a Hitler em Roma.

Roma, 3 (H.) – O órgão do Sr. Mussolini “Il Popolo d’Italia” em uma nota reproduzida por todos os jornais do país confirma que em toda a Itália estão sendo realizados grandes preparativos para a recepção triunfal a ser dispensada ao chanceler Hitler, por ocasião de sua próxima visita à península.

O jornal informa que o governo nomeou uma comissão encarregada de estudar um itinerário “triumfal” através da capital.²³

A evidência das aproximações ideológicas do integralismo foram também destacadas no artigo:

O eixo Roma-Berlim pela paz mundial. Os povos de forte nacionalismo opõem barreiras inexpugnáveis à onda soviética de Moscou. A visita de Mussolini à Alemanha marcou rumos definidos na política europeia e traçou novos horizontes na defesa da civilização do ocidente. (*Acção*, 1937, p.5)

A recente visita de Mussolini à Alemanha estabeleceu definitivamente o eixo Roma-Berlim. Os dois grandes condutores da Europa que representam as nações mais fortes material e moralmente do continente lançaram as bases de uma nova política continental toda traçada no sentido de preservar a civilização do ocidente contra a onda de sangue e ódio rolada nas estepes russas. [...] Tudo que a imprensa mundial assinalou desta visita não se referiu ao destaque e ao significado que há nela porque, ao contrário do que muita gente pensa, Mussolini e Hitler demarcaram definitivamente novos horizontes para a diplomacia europeia, determinando

²² *Acção*, 1938, p.1.

²³ “Prepara-se a recepção a Hitler em Roma”, *Acção*, 1938, p.1.

mesmo rápida e grandiosa mudança no destino do ocidente. [...] as baionetas dos exércitos alemães e italiano, a que se juntam agora as de Portugal e Espanha nacionalista, lá se acham rebrilhando no silêncio das noites de vigília.²⁴

No seu último número, do primeiro mês de circulação, foi publicado de forma enfática uma grande manchete: “A política internacional se orienta no sentido de novas ideologias.” Num paradigma analítico de cunho instrumentalmente maniqueísta foi abordada a articulação do denominado: “Bloco político Italo-Allemão contra o comunismo Franco-Russo” (*Acção*, 1936, p.1).

As questões das alianças políticas entre os países que formaram as potências do Eixo foram também divulgadas em outras edições do jornal *Acção*. Em noticiário que tratou do pacto alemão e japonês, foi interessante a identificação do título da referida reportagem cuja manchete era: “Os países fascistas se unem em defesa da civilização cristã” (*Acção*, 1936, p.3). No final de 1937, com as alianças políticas entre Alemanha, Itália e Japão já concretizadas, o jornal integralista anunciava: “Eixo Roma-Berlim-Tóquio contra as manobras do Komintern – Assignatura do pacto anti-communista” (*Acção*, 1937, p.3). O referido artigo elogiava a ação conjunta dos três países contra o comunismo. Dois dias depois das comemorações da Marcha sobre Roma, foram também saudadas nas páginas do *Acção* as festividades do aniversário da fundação das falanges espanholas referenciadas pelo jornal em questão: “Festeja-se na Espanha Nacionalista o aniversário das phalanges de Primo de Rivera. 37.000 milicianos sob a Bandeira Nacionalista” (*Acção*, 1937, p.1). O jornal integralista abordou de forma enfática as solenidades realizadas nas áreas da Espanha, ocupadas pelas tropas nacionalistas, assim como fez referência ao evento realizado na cidade de Miranda “em homenagem aos mutilados e feridos da legião dos camisas negras”.

Os integralistas também propiciavam ao seu público leitor, favorável às tendências políticas da direita extremada, o programa político de alguns movimentos, partidos e regimes do gênero. Em seu décimo número o jornal colocou na íntegra o programa político e econômico da Falange espanhola (*Acção*, 1936, p.1).

O jornal foi constante durante três dos seus dezenove meses de circulação na cobertura da situação espanhola. As manchetes das notícias são explícitas

24 “O eixo Roma-Berlim pela paz mundial”, *Acção*, n.317, 23/10/1937, p.5.

no sentido do posicionamento da AIB em relação à conjuntura política ibérica; no mês de novembro de 1936 era noticiada a ocupação de Madri pelas tropas de Franco: “Mais um paiz fascista” (*Acção*, 1936, p.2).

Na mesma reportagem foi comentada a repercussão da situação de Madri em Portugal: “O entusiasmo em Portugal pelo triunfo dos fascistas. A despeito do mau tempo a multidão reuniu-se em frente às redações dos principais jornais onde acolhia com aplausos as sucessivas informações sobre o avanço nacionalista.” (*Acção*, 1936, p.2). É também pertinente a referência ao artigo: “O Estado Novo português e a Revolução da Hespanha”, reproduzido no mês de março de 1937, na publicação francesa *Journal des Débats*. Nele é narrada a viagem do jornalista francês Raymond Reccouly a Portugal sob o regime de Salazar. Segundo a reportagem, identificada no *Acção* como divulgada pela Agência Nacional (AN), o referido jornalista francês faz rasgados elogios à administração do governo de Portugal, assim como das relações diplomáticas de Salazar com a denominada “Nova Hespanha do General Franco”, chamada no artigo de “coligação extremista” (*Acção*, 1937, p.3).

A situação política da França também estava presente na análise da conjuntura política internacional do jornal: “Unidos os fascistas franceses”. Neste artigo, foi abordado o acordo de ação conjunta no combate ao comunismo realizado entre o tenente-coronel francês Dela Roque com o presidente da União Nacional dos Combatentes Jean Guy (*Acção*, 1936, p.1).

Na Inglaterra, também segundo o jornal, desenvolvia-se um movimento político que prenunciava, conforme sua afirmação, “a antevéspera de um novo Estado fascista”, que era atribuída ao crescimento dos “camisas pretas”. A análise da conjuntura política inglesa foi desenvolvida no artigo: “O velho Império Inglês abalado em seus alicerces”:

É o sinal dos tempos em que uma voz nova, criando o sentido de uma nova política britânica surgirá dentro em breve na velha ordem. [...] Noticiam os telegramas que, numa das grandes demonstrações populares em frente ao Parlamento, em Londres entre os vivas a Eduardo VIII, surgiram os camisas pretas, do Sr. Oswald Mosley, o chefe fascista inglês e a mocidade britânica, confraternizada com o povo a hora do novo espírito que sintetiza o século XX. [...] É a antevéspera de um novo Estado fascista.²⁵

25 “O velho Império Inglês abalado em seus alicerces”, *Acção*, 1936, p.4.

Plínio Salgado, no artigo “Distinção”, tenta justificar que os “integralistas precisam distinguir o seu movimento dos outros, aparentemente congêneres, que se processam na história contemporânea”:

Esses movimentos conhecidos pelos nomes de “hitlerismo” ou “nacional-socialismo”; “fascismo”, inglês, espanhol; “Legionarismo Republicano Argentino”; “Nascismo Chileno”; etc. não se podem identificar ao integralismo brasileiro [...] Não vai nessa apreciação uma condenação ao nazismo que teve a virtude de salvar a Europa da “avalanche” bolchevista [...]. Seja lá como for o nazismo salvou a Alemanha da ruína, ergueu-a e honrou-a com surpresa para o mundo.²⁶

Porém, a experiência política europeia mais elogiada pelo jornal *Acção* neste e em outros artigos é a Itália de Mussolini.

Quanto ao fascismo italiano ele traz consigo muito mais revolucionarismo. Em etapas graduais, tem operado com a transformação do Estado, uma verdadeira revolução. Os golpes são espaçados, mas obedecem a um plano geral com firmeza e executado com fidelidade [...] A transformação completa do Estado, no sentido de uma reorganização completa da economia, e da fixação de novos princípios norteadores da função de governo [...].²⁷

A ideologia integralista, e sua característica de apresentar-se como proposta política genuinamente brasileira, foi discutida no estudo de Vasconcelos (1979), no qual o autor abordou a pretensa ideologia “autonomística” difundida pelas publicações da AIB. Porém, ao mesmo tempo que o “Chefe” integralista se colocava como o porta-voz de uma “original” proposta política, ele não escondia sua simpatia e admiração pelas novas ideologias em voga na Europa.

No início de janeiro de 1937, o *Acção* trouxe em primeira página as fotos de Salgado e Mussolini com a manchete: “Fascismo e Integralismo são idênticos quanto aos princípios geraes, diversos quanto aos meios e formas de actualização desses princípios” (*Acção*, 1937, p.1). Neste mesmo número também constava o artigo “Fascismo e integralismo”, escrito por Miguel Reale, no

²⁶ Ibid., p.4.

²⁷ Ibid.

qual a Itália fascista foi elogiada. O artigo faz clara relação de afinidade entre os princípios ideológicos da AIB e a intitulada “doutrina fascista”:

Na Itália se impuseram a imensa tarefa de reviver as glórias do passado [...]. No Brasil a tarefa é mais árdua. Trata-se de revelar uma nação, cuja palavra ainda não se fez ouvir, cujos valores espirituais o mundo desconhece e não poucos brasileiros ignoram. O nacionalismo fascista foi uma reação violenta, reação natural contra esse Tratado de Versalhes que satisfaz o orgulho da França e a saciada ambição britânica, marcou além do mais a reação ao espírito nacional contra a traiçoeira fraternidade internacionalista dos centros maçônicos e o seu irmão gêmeo, o internacionalismo socialista [...]. A revolução não se prega mais em nome de uma classe: a revolução é o direito sagrado da nação, da totalidade das forças nacionais. A experiência italiana demonstra que a revolução deve ser feita no sentido de dar uma base corporativa, e não mais partidária, a nova democracia tanto no sector do ordenamento jurídico da representação política, quanto no domínio das realizações econômicas. O corporativismo, eis o objetivo final da ordem política. O fascismo foi dessa arte a grande escola do dinamismo, de vitalidade. [...] Nesse período cremos ter condensado o que há de essencial na doutrina fascista.²⁸

A AIB apresentava-se também como um movimento originalmente latino-americano na busca de afirmar seu caráter singular e sua constante afirmação da sua natureza “genuinamente brasileira” era tautológica e também contraditória. Ora buscando afirmar as afinidades entre o integralismo e os congêneres europeus, depois tentando mostrar que na América do Sul surgiam expressões políticas portadoras de um nacionalismo diferenciado e autônomo.

A imprensa integralista mostrando explicitamente o seu posicionamento ideológico, em vários artigos, criticou as frentes populares antifascistas da Europa e aqui no Brasil identificou a Aliança Nacional Libertadora como expressão do movimento antifascista nacional.

O fato é que, no contexto de popularização da imprensa, as comunidades de migrantes no Brasil ocuparam um papel de extrema importância na história da política nacional mantendo setores da classe trabalhadora em sintonia com os acontecimentos políticos internacionais. A imprensa revolucionária, sobretudo

28 “Fascismo e Integralismo são idênticos quanto aos princípios gerais, diversos quanto aos meios e formas de actualização desses princípios”, *Acção*, 1937, p.1.

em São Paulo e Rio de Janeiro, liderada por migrantes italianos, exerceu as primeiras manifestações de antifascismo (Castro, 2002, p.354-388).

O *Acção* no artigo “Frentes populares e Antifascismo”, do autor Everaldo Backeuser, abordou com alarde a questão da ameaça comunista no Brasil. O tema de um ataque comunista foi constante nas edições do *Acção* em 1937 até o golpe do Estado Novo:

Quando os comunistas russos perderam a esperança de vencer enfrentando diretamente a organização burguesa do ocidente europeu mudaram de tática: aliaran-se a ela enovelando-a dentro dos “devaneios democráticos. Os bolchevistas fizeram-se democratas, ou antes camuflaram-se de republicanos no feitiço pregado pela Revolução Francesa, princípios até hoje ainda em vigor, pelo menos aparentemente em muitos países [...]. As frentes populares fundadas na França, na Espanha, em nossa terra e em outra nações tiveram ou estão tendo brilhante êxito. A Aliança Nacional Libertadora conseguiu muitas adesões sinceras de democratas não comunistas em cujo número estará por certo o Sr. Pedro Ernesto. Vendo que por si sozinhos não poderiam vencer, os comunistas apagam momentaneamente, deixam que os Bluns façam de Kerensky, e preparam pelas greves repetidas, pelo estado de instabilidade contínua pela guerra civil, sempre que possível, ser o caminho para a vitória definitiva. (Backeuser, 1937, p.4).

O jornal foi explícito ao afirmar de que lado os integralistas se posicionam: “Todos os antigos aliados do bolchevismo estão postos contra Hitler, contra Mussolini, contra o Sr. Plínio Salgado, na imprensa, na tribuna, nas cathedras, no Parlamento.” (Backeuser, 1937, p. 4).

Em 10 de novembro, momento da efetivação do golpe do Estado Novo, a imprensa integralista mostrava mais uma vez suas preferências ideológicas. Num contexto internacional em que as relações das forças políticas que se enfrentariam na Segunda Guerra Mundial começam a ganhar maior nitidez, mais uma reportagem reproduzida no *Acção* mostra-se favorável ao Eixo e tem o seguinte título: “O triangulo da Paz”:

Roma, 09 (A.B) – O diário “Voce d’Itália” define o pacto tripartido anticomunista como “Triangulo da Paz” [...] A Itália, a Alemanha e o Japão, assumindo a responsabilidade direta da luta anticomunista, representam o espírito de uma centena de milhões de homens que temem a insidia bolchevista.

De fato, a Polônia, a Suíça, Portugal, a Áustria, a Hungria, a Iugoslávia, o Brasil e a nossa Espanha, além de outros países da América Latina, estão resolvidos a enfrentar com a maior intransigência o comunismo, obtendo para isso as forças necessárias das respectivas civilizações nacionais.²⁹

Depois da concretização do golpe do Estado Novo, a AIB tentou desvencilhar a imagem dos integralistas da dos partidos e movimentos políticos chauvinistas europeus que faziam apologia nas edições anteriores do *Acção*. Tem destaque, nesse sentido, o artigo “Nacionalismo, Fascismo e Nazismo”, pois a AIB no final da década de 1930 tentou apagar a imagem de identificação do movimento com o Fascismo. Posição esta que é até hoje negada pelos herdeiros do Sigma. E que eram explícitas não só nos jornais, mas também nos livros publicados por seus líderes durante a primeira década da gênese da organização:

Como reação natural ao materialismo e ao internacionalismo dissolvente em todo o mundo, desabrocham e se desenvolvem movimentos baseados em ideias que se inspiram em uma mística nacionalista. [...] Variando em cada país de acordo com as suas verdadeiras realidades, ligam-se na base por seus princípios comuns. Daí as suas semelhanças. O primeiro deles que triunfalmente se manifestou foi o fascismo de Benito Mussolini. Daí se ter dado o nome de fascismo a todos os movimentos idênticos análogos, ou semelhantes [...]. De todos os movimentos de caráter fascista, e assim os denominam, por falta de expressão mais apropriada para a sua genialidade, o ex-integralismo é o que continha a maior dose de espiritualidade e um corpo de doutrinas mais perfeito [...]. Surgindo depois de Mussolini e de Hitler, ele afirmava mais fortemente o primado do espírito e mais alto se eleva, doutrinariamente, para as verdades eternas, que cintilam na aurora dos tempos novos.³⁰

O longo artigo estabeleceu os pontos comuns entre integralismo, fascismo e nazismo, apresentando contradições a respeito da posição ideológica da AIB, explicitadas em edições anteriores, através da cobertura da conjuntura política internacional:

29 “Frentes populares e antifascismo”, *Acção*, 1937, p.1.

30 “Nacionalismo, fascismo e nazismo”, *Acção*, 1937, p.4.

O ex-integralismo, o fascismo e o nazismo alemão têm os seguintes pontos de contato. No terreno espiritual são reações do espiritualismo contra o materialismo, do nacionalismo contra o internacionalismo, do idealismo cristão contra o naturalismo judaico-puritano. No terreno econômico são reações da produção contra a especulação da propriedade, contra o capitalismo absorvente. No terreno social são reações contra as doutrinas unilaterais dos séculos XVIII e XIX, liberalismo e comunismo. Todos os três condenam as forças ocultas que dominam o Estado, querem o corporativismo, mantêm o direito de propriedade, afirmam a soberania econômica, adaptam a economia de plano, defendem a Pátria, garantem a família, detestam a usura e organizam as hierarquias. Separamos entretanto diferenças profundas. O fascismo se enraiza na gloriosa tradição do Império Romano e sua concepção do Estado é cesariana, anticristã. O Estado nazista é também pagão e se baseia na pureza da raça ariana, no exclusivismo racial. Estudando-se bem as três doutrinas, verifica-se que o integralismo estava num ponto em que não pode se aproximar do Fascismo e do Nazismo sem perder a expressão, mas ambos podem evoluir até ele.³¹

Na primeira metade do século XX, o governo de Getúlio Vargas foi complacente com os integralistas até o momento em que os mesmos foram úteis à manutenção da ordem. Porém, dois meses após a efetivação do golpe do Estado Novo, a partir de 2 de dezembro, não podia mais haver a palavra integralismo ou integralista nos jornais, pois desde aquele momento todos os partidos foram colocados na ilegalidade e os camisas verdes tornaram-se vítimas da censura do DIP. Em 1938, a AIB foi colocada na ilegalidade. O jornal, como fonte de investigação, mantêm as mais estreitas relações com o estado político, a conjuntura econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui o reflexo.

A AIB também buscava se apresentar como uma proposta genuinamente brasileira e também nesse aspecto figurou na sua ideologia os mesmos componentes argumentativos, pois, como já afirmou Silva (2000), as experiências chauvinistas sempre defenderam sua plena originalidade histórica e nacional na busca das raízes nacionais que explicariam a autenticidade de seus próprios movimentos.

31 Ibid.

Na perspectiva de respeitar as especificidades nacionais e históricas que por sua vez não descaracterizariam a universalidade e a autonomia do fenômeno, a interpretação aqui defendida é que a manifestação política, os regimes, partidos e movimentos chauvinistas de massa representaram uma nova tendência inaugurada no século XX, com variantes nacionais caracterizadas por elementos ideológicos e organizacionais aproximados (Silva, 2000), porém apresentando particularidades diante da universalidade das concepções ideológicas autocráticas chauvinistas então em voga.

A atribuição que os teóricos da AIB difundiam a respeito de seu caráter ideológico era demagogicamente coerente com as oscilações de seus pronunciamentos diante das turbulências do contexto de disputa entre as forças políticas no cenário nacional e internacional naquele contexto.

As primeiras décadas do século XX marcaram o momento de expansão da imprensa nacional e dos meios de comunicação que aqui se popularizavam progressivamente como consequência do processo de expansão capitalista mundial. Naquele contexto, a conjuntura política nacional foi marcada por significativas mudanças na dimensão política e econômica, por forte instabilidade e por intenso debate potencializado com o início da ruptura institucional consagrada como “Revolução de 30”, terminando sob a égide de nova ruptura, a decretação do denominado Estado Novo.

A imagem do “novo” tem sido, até nossos dias, uma forte arma na luta política e, segundo o discurso dos novos grupos em hegemonia, experiências políticas anteriores à referida Revolução faziam parte do “velho”, contraposto pelo discurso oficial do Estado varguista com o discurso do “novo”, uma reconstrução. O mais evidente exemplo disso na recente história republicana nacional era o discurso oficial, mostrando que foi iniciada uma “República Nova”, opondo-se à “República Velha”.

O que constituiria esse “novo” destaca-se através da imprensa no título das obras acerca da realidade nacional, e era desenvolvido nas mais diversas vozes de ensaístas e representantes de novas tendências políticas que eclodiam no Brasil rompendo com as experiências político-partidárias tradicionais.

Nesse sentido, as publicações da imprensa integralista apresentavam as ideias difundidas pela AIB como uma nova proposta de projeto de Estado “genuinamente nacional”. Entretanto, a identidade de suas propostas era de forma contraditória evidenciada em suas publicações ressaltando seus vínculos de solidariedade e apologia com as autocracias chauvinistas europeias.

A análise da gênese do integralismo e os valores propalados por sua imprensa na primeira metade do século XX revelaram importantes elementos da identidade ideológica das concepções de Plínio Salgado e dos intelectuais do Sigma. E as referências apresentadas neste capítulo às publicações da organização foram explicitadas, sobretudo, para a identificação de sua função social. A defesa de um modelo autocrático de ordenamento social.

Entretanto, como fundamentado no próximo capítulo, em sua particularidade, o integralismo representava uma proposta ainda mais retrógrada que o fascismo italiano, o que ressalta sua singularidade diante da universalidade dos fenômenos autocráticos.

Os axiomas regressivos presentes em sua ideologia configuraram suas propostas como uma forma de contenção das conflitualidades sociais que legitimavam a proposição de um modelo ruralista para o Brasil alicerçado na religião e no nacionalismo. Uma proposta de contenção do desenvolvimento capitalista como antídoto contra as contradições do sistema. Uma regressão proposta através de um modelo de ordenamento social baseado na organização dos “grupos naturais” como “a família, o município, as categorias profissionais e a Nação”, como modelo de “Democracia Orgânica”. Singular ao fascismo italiano que propunha uma via de desenvolvimento para o capitalismo na Itália por meio de um Estado interventor que mobilizou os grupos milicianos já existentes e articulou uma revolução passiva entre a pequena e grande burguesia na imposição de um modelo industrial de desenvolvimento para o regime de Estatolatria.